



A condição de (in)segurança alimentar e suas relações com características sociais de agricultores do assentamento rural Dom Osório/MT

The condition of (un)food security and its relations with social characteristics of farmers of rural settlement Dom Osório / MT

CÓCARO, Henri¹; SILVA, Patrícia Sedrez da Rosa² e; SANTOS, Sabrina Silva³; OLIVEIRA, Maria de Lourdes Souza⁴

¹ Prof. do Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais/Campus Rio Pomba/Departamento Acadêmico de Ciências Gerenciais, e-mail: henri.cocar@ifsudestemg.edu.br; ² Agrônoma Técnica Administrativa em Educação do Instituto Federal de Brasília-Campus Planaltina, e-mail: patricia.sedrez@ifb.edu.br; ³ Bacharel em Zootecnia pelo Instituto Federal de Mato Grosso/Campus São Vicente, e-mail: sabrina.sgcs35@gmail.com; ⁴ Profa. colaboradora no Mestrado Profissional em Desenvolvimento Sustentável e Extensão (PPGDE) da Universidade Federal de Lavras, e-mail: marocabj@gmail.com

Eixo temático: Campesinato e Soberania Alimentar

Resumo: O objetivo deste trabalho foi analisar as relações entre a condição de (in)segurança alimentar e características sociais de agricultores familiares do assentamento Dom Osório, em Campo Verde/MT. Como metodologia utilizou-se a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar. Concluiu-se que a maioria das famílias, apesar de terem preocupações com a possibilidade de vir a faltar alimentos, encontrava-se em uma condição de garantia alimentar e esforçavam-se para diminuir o grau de sua dependência a agentes externos.

Palavras-chave: Reforma Agrária; Autonomia; Base de recursos.

Key words: Agrarian Reform; Autonomy; Resource base.

Introdução

Nos assentamentos rurais os desafios à construção de condições de segurança alimentar favoráveis dependem, não só da produção familiar, mas também: a) do acesso e o consumo em quantidade e qualidade de alimentos; b) de políticas e programas públicos adequados; c) de planos de desenvolvimento abrangentes. Por isso, a compreensão das estratégias que esses agricultores familiares vêm utilizando para a construção da sua condição de segurança alimentar e reprodução social em um ambiente hostil, marcadamente fomentado pelo agronegócio, podem contribuir para o entendimento de parte da complexa dinâmica dos assentamentos rurais no contexto da “nova” condição camponesa (PLOEG, 2008).

A fim de evitar manter uma ligação com um conceito de campesinato estruturado em perspectivas conceituais relacionadas a um passado superado pelas transformações que atingiram a agricultura e as condições de vida no espaço rural, principalmente a partir do sec. XXI, Ploeg (2008, p. 38) desenvolve nova definição de “condição camponesa” a partir do reconhecimento da condição central de agente desse ator social, inclusive para decidir sobre a sua própria base de recursos. Ao tratar sobre a base de recursos, Ploeg (2008) dá ênfase à liberdade que o fortalecimento dessa



base pode dar em relação às trocas com o mercado, ou seja, quanto maior as trocas com a natureza maior o grau de liberdade do agricultor camponês. A partir dessas considerações, essa pesquisa teve como objetivo analisar as relações entre a condição de (in)segurança alimentar e características sociais de agricultores familiares do assentamento Dom Osório, em Campo Verde/MT.

Metodologia

A (in)segurança alimentar foi avaliada através da aplicação da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA (SEGALL-CORRÊA, MARIN-LEÓN, 2009). Para as discussões sobre as relações entre a condição de (in)segurança alimentar e características sociais, os resultados da condição de (in)segurança alimentar foram agrupados em duas: Condição 1- somatório das condições de “Segurança Alimentar” e “Insegurança Alimentar Leve”. Nesta ocorre a preocupação com a possibilidade de vir a faltar alimentos ou ainda problemas com a qualidade e variedade da alimentação, no entanto é uma condição de garantia alimentar; Condição 2- somatório das condições de “Insegurança Alimentar Moderada” e “Insegurança Alimentar Grave”. Nesta há restrições alimentares ou situação precária com pessoas da família passando fome. A estratégia de agrupar-se os resultados foi norteada pelo trabalho de Fávaro et al. (2007).

As variáveis relacionadas às características sociais estudadas foram: Região de origem; Tempo de acampamento; Gênero do entrevistado; Idade; Escolaridade; Estado civil; Número de membros da família; Familiares que vivem no lote; Presença de menores de 18 anos, coletadas por meio de questionário semiestruturado aplicados em 2014. Todos os dados foram tabulados em planilha eletrônica para a elaboração de análises estatísticas descritivas. Também foi realizado um panorama sobre o uso das bases de recursos pelos agricultores e agricultoras, cujas informações foram coletadas por questionário e observação não participante no momento das entrevistas. Estas foram divididas em pomares, hortas e produção animal.

Resultados e discussões

A maioria das famílias (91,7%) se encontrava na condição 1, enquanto o restante (8,3%), na condição 2, ou seja, a maioria das famílias do assentamento tinha preocupação (fome psicológica) com a possibilidade de vir a faltar alimentos no futuro próximo, porém não tinha problema de acesso aos alimentos e portanto encontrava-se em situação de garantia alimentar.

Quanto a relação entre a condição de (in)segurança alimentar com as características sociais percebeu-se que ao menos um membro de todas as famílias entrevistadas participou continuamente do período de acampamento do assentamento. O tempo de acampamento pode ter contribuído para que a maioria das famílias se situassem na condição 1 (70,8%) devido às privações e condições quase subumanas



vivenciadas ao longo desse período. A maior duração dessa vivência pode ter sensibilizado a família para mobilização de sua força de trabalho a fim de não experimentar novamente tal situação.

A maior parte dos entrevistados que estavam na condição 1 frequentaram a escola por até 4 anos (47,9%). Isso significou que o menor tempo de estudo não trouxe influências negativas à condição de segurança alimentar das famílias como era de se esperar. Tais resultados foram diferentes dos encontrados por Guerrero (2009). A autora ao pesquisar a respeito da relação dos fatores sócio demográficos com a condição de segurança alimentar no Assentamento Horto Vergel-SP apontou que havia insegurança alimentar em 65,5% das famílias e que o baixo nível de escolaridade das mesmas era um dos principais entraves à melhora dessa condição. Também diferem dos resultados encontrados por Panelli-Martins, Santos e Assis (2008), que utilizaram a EBIA em Matuípe-BA. Apesar do trabalho não ter sido em assentamento rural os autores concluíram que maiores anos de estudo também influenciaram positivamente na escolha e preparo dos alimentos, contribuindo, portanto para melhoria da condição de segurança alimentar. No contexto do assentamento Dom Osório isso significa que a melhoria da segurança alimentar foi construída por outros meios além da escolaridade formal. Contudo, como a maioria dos entrevistados apresentava baixa escolaridade isso deixa claro a importância dos assentamentos e do meio rural brasileiro, como um importante local de trabalho para pessoas com poucos anos de estudo. Por outro lado sinaliza a necessidade de políticas de Educação de Jovens e Adultos para essas populações.

No que tange a relação entre número de membros da família e a segurança alimentar, na opinião de Marin-León et al. (2005) a utilização da EBIA é explicativa, apontando que quanto maior o número de indivíduos em um domicílio menor será a quantidade de alimentos ofertada à cada um deles. Os resultados aqui encontrados demonstraram que a maior parte das famílias era pequena, até 3 membros (66,7%), e estava na condição 1, portanto confirmando as observações de outros autores de que famílias menores apresentam maiores chances de garantir a segurança alimentar do que famílias numerosas. O trabalho de Aires et al. (2012) também apontou para essa mesma direção ao investigar a prevalência da (in)segurança alimentar entre as famílias residentes na zona rural de Maranguape-CE quando verificaram a associação entre as variáveis socioeconômicas e o grau de (in)segurança alimentar. Ainda, segundo Fávaro et al. (2007), a elevada densidade familiar apresenta-se como fator diretamente proporcional a situações mais graves de segurança alimentar, o que não ocorreu no assentamento Dom Osório.

A maioria das famílias que estavam na condição 1 tinha filhos ou netos que residiam no lote o que poderia contribuir para a melhoria da segurança alimentar desde que estivessem envolvidos com as atividades produtivas. Já que a maior parte das famílias era pequena, isso indicava que a força de trabalho dos chefes da família (mulher ou homem) poderia ser complementada dependendo da composição familiar. Porém, algumas observações devem ser relevadas, como exemplo as de Santos, Almeida e Ferrante (2013). Para os autores, famílias com filhos menores



têm limitações quanto à colaboração na produção de alimentos. Outro aspecto dessa interpretação pode ser complementado por Hoffman (1995) e Pereira et al. (2006), que concluíram que quanto maior o número de pessoas menores de 18 anos no domicílio pior é a condição de segurança alimentar. Como no assentamento em estudo a maior parte das famílias era constituída de adultos e que se encontravam na condição 1 (54,2%), infere-se que isso tenha sido favorável a melhoria da condição de segurança alimentar.

A observação da base de recursos mostrou diferentes graus de dependência em relação aos agentes externos. A base de recursos menos dependente era a relacionada aos pomares, pois no seu plantio e manutenção as famílias buscavam utilizar adubos orgânicos de origem animal. Eventualmente era necessário o tratamento de alguma doença ou combate a insetos o que era feito através da aquisição de pequena quantidade de agrotóxicos no comércio da cidade. A base de recursos das hortas também apresentou grau de dependência reduzido em relação ao uso de insumos externos necessitando, porém das sementes serem adquiridas no comércio do município. Todavia iniciativas em relação à preparação das próprias mudas (verduras) e guarda de sementes (legumes) apontaram uma preocupação para redução dessa dependência. A base de recursos da produção animal demonstrou maior fragilidade pela grande dependência de agentes externos para a aquisição de ingredientes utilizados na alimentação animal, principalmente o milho obtido diretamente em fazendas da região ou no comércio regional. De maneira geral percebeu-se um esforço das famílias em diminuir o grau de sua dependência a agentes externos investindo, apesar de lentamente, em maiores graus de trocas com a natureza.

Conclusão

Apesar da maioria das famílias terem preocupações com a possibilidade de vir a faltar alimentos estas estavam em uma condição de garantia alimentar. Aparentemente não houve uma relação de associação entre a origem das famílias e a condição de segurança alimentar. O tempo de acampamento pode ter contribuído para que a maioria das famílias se situassem na condição 1 devido ao esforço para evitar situações de privações vivenciadas durante o período de acampamento. A escolaridade, representada pelo tempo de estudo, não trouxe influências substanciais à condição de segurança alimentar das famílias como era de se esperar, o que significou que a melhoria da segurança alimentar foi construída por outros meios além da escolaridade formal. A maior parte das famílias era pequena e de adultos, o que aumentava as chances de garantir melhores condições de segurança alimentar e esforço para diminuir o grau de sua dependência a agentes externos.

A Segurança Alimentar e Nutricional segue um caminho diferente do colocado pelo projeto neoliberal. Ela segue o caminho de agriculturas alternativas ao modelo convencional, ou seja, o caminho de uma agricultura sustentável orientada por



estilos de agricultura baseados nos princípios da Agroecologia. Não uma agricultura sustentável baseada apenas em um conjunto de regras para mudanças de práticas produtivas, como as apresentadas pela agricultura orgânica, expressas nas posições da FAO e da Agenda 21 (MENEZES, 1998), mas baseada no enfoque de sustentabilidade proposto por ONGs e movimentos sociais que incluem as questões: econômicas, ambientais, sociais, políticas, culturais e éticas, portanto alinhadas a sustentabilidade na perspectiva da agroecologia. O recorte deste estudo pontua o quanto algumas características sociais podem influenciar a condição da (in)segurança alimentar, independente do grau de transição agroecológica e do estilo de agricultura praticado pelas famílias.

Agradecimentos

Ao CNPq, Ao IFMT e Aos agricultores(as) do Assentamento Dom Osório/MT.

Referências Bibliográficas

AIRES, J. S. et al. Segurança alimentar em famílias de pré-escolares de uma zona rural do Ceará. **Acta Paulista Enfermagem**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 102-108, 2012.

FÁVARO, T. et al. Segurança alimentar em famílias indígenas Teréna, Mato Grosso do Sul, Brasil. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 4, p. 785-793, abr. 2007.

GUERRERO, I. C. O. **(In)segurança alimentar no assentamento rural Horto Vergel – Mogi Mirim/SP**. 2009. 104 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia Agrícola) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

HOFFMANN, R. Pobreza, insegurança alimentar e desnutrição no Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 9, n. 24, p. 159-172, ago. 1995.

MARIN-LEÓN, L. et al. A percepção de insegurança alimentar em famílias com idosos em Campinas, São Paulo, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 5, p. 1433-1440, 2005.

MENEZES, F. Sustentabilidade alimentar: uma nova bandeira? In: FERREIRA, A. D. D.; BRANDENBURG, A. **Para pensar outra agricultura**. Curitiba: UFPR, 1998. p. 249-270.

PANELLI-MARTINS, B. E.; SANTOS, S. M. C.; ASSIS, A. M. O. Segurança alimentar e nutricional: desenvolvimento de indicadores e experimentação em um município da Bahia, Brasil. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 21, p. 65-81, jul./ago. 2008.



PEREIRA, D. A. et al. Insegurança alimentar em região de alta vulnerabilidade social da cidade de São Paulo. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 13, n. 2, p. 34-42, 2006.

PLOEG, J. D. V. D. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: UFRGS, 2008. 372 p.

SANTOS, L. L.; ALMEIDA, L. M. M. C.; FERRANTE, V. L. S. B. Efetividades de programas de reforma agrária e efeitos sobre a segurança alimentar de agricultores familiares do território do Vale do Rio Vermelho-GO. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 15, n. 1, p. 1-17, 2013.

SEGALL-CORRÊA, A. M.; MARIN-LEÓN, L. A Segurança alimentar no Brasil: proposição e usos da escala brasileira de medida da insegurança alimentar (EBIA) de 2003 a 2009. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 16, n. 2, p. 1-19, 2009.